

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 4257/2022-PGJ, DE 23.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 61º Promotor de Justiça de Campo Grande, Silvio Amaral Nogueira de Lima, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 62ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 23.9 a 5.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4258/2022-PGJ, DE 23.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 4º Promotor de Justiça de Campo Grande, Renzo Siufi, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 35ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 8 a 23.9.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Christiane de Alencar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4259/2022-PGJ, DE 23.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 67º Promotor de Justiça de Campo Grande, Paulo César Zeni, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 44ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 8 a 23.9.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Cristiane Barreto Nogueira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4263/2022-PGJ, DE 23.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 21ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Luciana do Amaral Rabelo, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 20ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 22 e 23.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4274/2022-PGJ, DE 23.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 22.8 a 10.9.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00008079-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4264/2022-PGJ, DE 23.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 15º Promotor de Justiça de Campo Grande, Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 14ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 28.9 a 7.10.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcelo Ely.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4265/2022-PGJ, DE 23.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Juliane Cristina Gomes, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 8 a 17.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Reynaldo Hilst Mattar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4266/2022-PGJ, DE 23.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 13º Promotor de Justiça de Campo Grande, Pedro Arthur de Figueiredo, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 12ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 12 a 16.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4273/2022-PGJ, DE 23.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos 1 (um) dia de compensação no dia 5.8.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 1º a 7.7.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4267/2022-PGJ, DE 23.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 28ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Simone Almada Goes, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 27ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 8, 9 e 12.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Wilson Canci Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4268/2022-PGJ, DE 23.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 6ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Cristina Beraldo de Andrade, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 8 e 9.9.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4235/2022-PGJ, DE 22.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Procuradora de Justiça Sara Francisco Silva, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 12.9 a 1º.10.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00008014-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4239/2022-PGJ, DE 22.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Naviraí, Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca no período de 31.8 a 6.9.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4240/2022-PGJ, DE 22.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 38º Promotor de Justiça de Campo Grande, Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 3ª Vara do Juizado Especial Central (1) da referida Comarca no período de 12 a 21.9.2022, em razão do afastamento da Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4242/2022-PGJ, DE 22.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 54º Promotor de Justiça de Campo Grande, Oscar de Almeida Bessa Filho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 10ª Vara do Juizado Especial Central (2) da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 1º.9.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4243/2022-PGJ, DE 22.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 7º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Eteocles Brito Mendonça Dias Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a contar de 1º.9.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4236/2022-PGJ, DE 22.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue (PGA nº 09.2022.00008015-5):

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Luciana Moreira Schenk	2019/2020	Remanescentes	7	18.8 a 29.8.2022
	2020/2021	Remanescentes	5	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4244/2022-PGJ, DE 22.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Fernando Marcelo Peixoto Lanza, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Cível e Criminal (1) da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 1º.9.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4212/2022-PGJ, DE 19.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Adriano Lobo Viana de Resende 2 (dois) dias de compensação nos dias 13 e 14.10.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 29.1 a 5.2.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3993/2022-PGJ, DE 8.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 441/2022-PGJ, de 2.2.2022, de forma que, onde consta: “2.7.1984”, passe a constar: “26.7.1984”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4198/2022-PGJ, DE 19.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 3786/2022-PGJ, de 28.7.2022, na parte em que estabeleceu plantão em razão de feriado municipal na comarca de Nioaque, conforme abaixo:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
18.8.2022 (feriado municipal - Nioaque)	PJ de Nioaque	Mariana Sleiman Gomes	99312-5869

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4213/2022-PGJ, DE 19.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Adriano Lobo Viana de Resende 7 (sete) dias de férias compensatórias nos dias 17 e 18.10.2022 e no período de 12 a 16.12.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2016 a 6.1.2017, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4237/2022-PGJ, DE 22.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3786/2022-PGJ, de 28.7.2022, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de agosto de 2022, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
11.8.2022	PJ de Bandeirantes	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	99312-6077
27 e 28.8.2022	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
11.8.2022	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
27 e 28.8.2022	PJ de Bandeirantes	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	99312-6077

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 4209/2022-PGJ, DE 19.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo 8 (oito) dias de compensação nos períodos de 22 a 25.8.2022 e 30.8 a 2.9.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 18 a 25.4.2022 e 18 a 25.7.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4207/2022-PGJ, DE 19.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes 4 (quatro) dias de férias compensatórias no período de 22 a 25.8.2022, referentes ao recesso forense de 22 a 31.12.1994, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4276/2022-PGJ, DE 23.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar o 67º Promotor de Justiça de Campo Grande, Paulo César Zeni, para, sem prejuízo de suas funções, compor o Grupo Nacional de Tecnologia da Informação, GNTI, do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, CNPG.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4197/2022-PGJ, DE 19.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5435/2021-PGJ, de 15.12.2021, com suas modificações, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao ano de 2022, de forma que, onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
8 (19h01min) a 15.8.2022 (11h59min)	Wilson Canci Junior
29.8 (19h01min) a 5.9.2022 (11h59min)	Daniella Costa da Silva
28.11 (19h01min) a 5.12.2022 (11h59min)	Cristiane Barreto Nogueira Rizkallah



- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
8 (19h01min) a 15.8.2022 (11h59min)	Daniella Costa da Silva
29.8 (19h01min) a 5.9.2022 (11h59min)	Wilson Canci Junior
28.11 (19h01min) a 5.12.2022 (11h59min)	Nicolau Bacarji Junior

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4210/2022-PGJ, DE 19.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti 3 (três) dias de férias compensatórias no período de 8 a 10.8.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2012 a 6.1.2013, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4211/2022-PGJ, DE 19.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti 1 (um) dia de compensação no dia 12.8.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no dia 5.2.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4197/2022-PGJ, DE 19.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5435/2021-PGJ, de 15.12.2021, com suas modificações, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao ano de 2022, de forma que, onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
8 (19h01min) a 15.8.2022 (11h59min)	Wilson Canci Junior
29.8 (19h01min) a 5.9.2022 (11h59min)	Daniella Costa da Silva
28.11 (19h01min) a 5.12.2022 (11h59min)	Cristiane Barreto Nogueira Rizkallah



- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
8 (19h01min) a 15.8.2022 (11h59min)	Daniella Costa da Silva
29.8 (19h01min) a 5.9.2022 (11h59min)	Wilson Canci Junior
28.11 (19h01min) a 5.12.2022 (11h59min)	Nicolau Bacarji Junior

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4284/2022-PGJ, DE 24.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 17.8.2022, do cargo em efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Raiane Santos Arteman, nos termos do inciso I do artigo 56 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4271/2022-PGJ, DE 23.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 112/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico/Requisitante – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura (PGA nº 09.2022.00007073-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 4241/2022-PGJ, DE 22.8.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Catarina Costa da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Pagamento de Pessoal no dia 25.7.2022, em razão afastamento do titular, José Giovani da Silva Júnior.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4255/2022-PGJ, DE 23.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Pedro Henrique Cavalcante de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Monitoramento de Metas e Indicadores Estratégicos, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Planejamento e Gestão no período de 22 a 25.8.2022, em razão de afastamento da titular, Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4269/2022-PGJ, DE 23.8.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Pedro do Carmo Sandim Junior, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer em substituição a Função de Confiança FC4, símbolo MPFC-304, no período de 1º a 11.8.2022, em razão de afastamento do servidor Murilo Rolim Neto.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4270/2022-PGJ, DE 23.8.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Wagner Carstens Marques de Sousa, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Planejamento e Gestão por Processos no período de 22 a 25.8.2022, em razão de afastamento do titular, Reginaldo de Oliveira Vilanova.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4277/2022-PGJ, DE 23.8.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Daniel Fernando Tiburcio, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Elaboração e Gestão de Projetos, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Planejamento e Gestão por Processos no dia 12.8.2022, em razão de afastamento do titular, Reginaldo de Oliveira Vilanova.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4234/2022-PGJ, DE 22.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 4.2.2022, a Portaria nº 2404/2021-PGJ, de 2.7.2021, que designou a servidora Keyla Pereira Yoshimura, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 75ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**PAUTA DA 16ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 5 DE SETEMBRO DE 2022.****1. Expedientes:****1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000919-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004243-4.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001492-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001523-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001532-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001531-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003648-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001412-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006713-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003981-2.

3. 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002532-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00007057-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006201-0.

4. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002776-7.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006065-9.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00007001-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005129-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005450-2.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003130-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003187-1.

**8. Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000650-2.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003636-0.

10. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002563-6.

1.2. Comunicação de Termos de Ajustamento de Conduta firmados em Inquéritos Cíveis e Procedimentos, celebrados na fase judicial, submetidos à homologação do respectivo juízo, para fins de registro, conforme § 9º do art. 6º da Resolução nº 006/2019-CPJ, de 5.4.2019:**1. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Ofício nº 0559/2022/16PJ/DOS, de 8.8.2022, o 16º Promotor de Justiça da comarca de Dourados, Ricardo Rotunno, encaminha cópia do Pedido de Homologação de Autocomposição Extrajudicial, consistente em Termos de Ajustamento de Conduta firmados nos autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00001389-4, celebrados entre o Ministério Público, para fins de registro, nos termos do Enunciado nº 23, de 2.6.2020. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00088841-2*)

1.3. Análise das prorrogações de prazo de inquéritos cíveis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**1.3.1. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00006849-5:****11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2016.00000425-8.

Inquérito Civil nº 06.2016.00000603-4.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2017.00002158-3.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001247-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000627-9.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000501-4.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000392-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000244-7.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000261-4.

1.3.2. CONSELHEIRA ESTHER SOUSA DE OLIVEIRA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00006844-0:****2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00000590-6.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2017.00001231-8.

**Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00000243-5.

16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000790-8.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Inquérito Civil nº 06.2018.00003471-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000487-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000613-5.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000741-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001575-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000702-3.

50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001132-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000139-9.

42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000413-0.

1.3.3. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00008153-2:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00000431-8.

16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001363-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001492-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000515-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000638-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000745-6.

25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000861-1.

**Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001532-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000507-3.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000572-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000542-9.

4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000691-7.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000254-7.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000411-2.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000412-3.

1.3.4. CONSELHEIRO SILASNEITON GONCALVES:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00008161-0:****Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00000693-8.

67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2017.00000224-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

Inquérito Civil nº 06.2017.00002252-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001216-6.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001338-7.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001461-0.

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001284-4.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001422-0.

32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000763-4.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001746-5.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001864-2.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000488-1.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000639-0.

**34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000358-6.

3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000389-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000401-9.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000405-2.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000488-5.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000316-8.

1.4. Análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios:**1.4.1. CONSELHEIRA RELATORA ESTHER SOUSA DE OLIVEIRA:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001456-4.**

16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados

1.4.2. CONSELHEIRO RELATOR AROLDO JOSÉ DE LIMA:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001288-8**

16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados

2. Ordem do dia:**2.1. Julgamento de Inquéritos Civis e Procedimentos:****2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000417-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Juvenal Soares Leite

Assunto: Apurar a possível ocorrência de dano ambiental consistente na supressão de 1,91 hectares de vegetação nativa do "Bioma Mata Atlântica" na propriedade denominada "Fazenda Guassulândia", localizada em Ivinhema/MS (coordenadas geográficas - 22° 27' 31.0"S 54° 1' 43.0"W).

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000616-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Areeiro Só Areia Ltda.

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental, decorrente de atividade de extração mineral, em Área de Preservação Permanente - APP, no Porto 2 do "Areeiro Só Areia Ltda.", situado no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000241-7

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar as possíveis dificuldades enfrentadas pelo Serviço Social da Santa Casa de Campo Grande acerca do eixo de saída de alguns pacientes após o período de internação.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000266-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Sergílio Leonel da Costa, Julinda Teodoro da Paz Costa e Wender Leonel da Paz

Assunto: Apurar a degradação ambiental de 1,00 hectare em área de vegetação nativa e área de preservação permanente APP (curso d'água), na Fazenda Santo Expedito, em Cassilândia, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Informações Complementares de n.º 026/2 PEL/3ª CIA BPMA/2020.

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000615-4**

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar as condições de segurança do torcedor no Estádio Municipal Jacques da Luz Filho (Estádio das Moreninhas).

2.1.2. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000349-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível desmatamento realizado na propriedade de Osvaldina, supostamente cometido por uma pessoa de alcunha “Zezinho Gruta”, bem como analisar a origem do material lenhoso encontrado na residência deste último investigado.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000506-6

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerida: Óptica Clayton Ltda.

Assunto: Firmar termo de ajustamento de conduta com a empresa Óptica Clayton Ltda., a fim de regularizar a situação do responsável técnico do estabelecimento.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000384-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Município de Fátima do Sul

Requerido: Eronivaldo da Silva Vasconcelos Júnior

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consistente na emissão de cheques sem provisão de fundos, bem como após o término de seu mandato, pelo ex-prefeito do Município de Fátima do Sul, gestão 2013/2016, na qualidade de ordenador de despesas deste ente municipal.

Advogado: Fabio Carvalho Mendes – OAB/MS nº 9.298

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000845-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Bela Vista

Assunto: Apurar possível irregularidade na construção de ginásio poliesportivo na Escola Municipal São Clemente.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002488-4

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nioaque

Assunto: Apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), nos anos de 2013 e 2014, no Município de Nioaque.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00003480-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na licitação nº 19/100.817/2014, na modalidade tomada de preços, do tipo menor preço, cujo objeto era a construção de ponte de concreto armado sobre o rio dos velhos, extensão de 40m, no município de Jardim/MS pela AGESUL.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001533-4

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande



Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo

Assunto: Apurar eventual perigo aos consumidores nas dependências do Centro de Convenções Ruben Gil de Camilo Auditório Manuel de Barros.

8. Inquérito Civil nº 06.2020.00000173-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Defesa Civil do Município de Deodápolis

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a prática de exploração de vegetação nativa em uma área de 23 hectares na Fazenda São Maros, localizada no Município de Jardim/MS, de propriedade de Vera Lúcia Barbosa.

2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002747-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade consistente no pagamento, pelo Município de Terenos/MS, de manutenção no aparelho Raio - X da UBS central, supostamente não realizada.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000405-9

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: Apurar eventual omissão em relação à solicitação de cirurgia requerida pela idosa Izolina Mendonça da Silva.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000598-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Laercio Carneiro da Silva

Assunto: Apurar a responsabilidade civil-ambiental de Laercio Carneiro da Silva, pela supressão de 0.18 ha de vegetação nativa do tipo “sapê”, na área de reserva legal da “Fazenda Sulamericana”, sem autorização do órgão competente.

2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA ESTHER SOUSA DE OLIVEIRA:

1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000276-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wilson Mendes Filho

Assunto: Analisar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Cachoeira, pertencente ao Sr. Wilson Mendes Filho, localizada ao longo do Rio Aquidauana, no Município de São Gabriel do Oeste/MS, que foi objeto de diagnóstico ambiental.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000493-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Jovelina Pereira de Souza, Laucídio Francisco Pereira e Joséfa Pereira Ribeiro

Assunto: Apurar desmatamento de 25,28 hectares em área de Savana Florestada, na Fazenda Diamante, em São Gabriel do Oeste, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 548/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental)

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001607-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades e responsabilidade quanto a não aprovação do Relatório Anual da Saúde do Município de Nioaque/MS no ano de 2013.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000639-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Adriano Ferreira, Luciano Ferreira e Sonia Venerisse Giantomassi Ferreira

Assunto: Apurar o déficit de 1,51 hectares em áreas de Reserva Legal e 0,94 hectares em área de APPs, na Fazenda Dois Irmãos em Angélica/MS, conforme parecer Programa SOS RIOS: Projeto Córrego Engano, Parecer nº 015/2020 – CEIPPAM/LASANGE – UEMS.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001262-2

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventual risco de afundamento de residências edificadas sobre um antigo lixão, situado no Jardim Canaã VI e adjacências, bem como eventual perigo de vazamento de gás metano (objeto originário do inquérito civil n. 131/2011/PJDHU/DD)

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000102-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Leopoldo Pozzi, Pozzi Agropecuária Ltda

Assunto: Apurar desmatamento de 16,28 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda Planalto da Serra, em Miranda, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 306/17/NUGEO (Operação Cervodo-Pantanal) e Parecer n. 268/20/CEIPPAM.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000998-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Paulo Roberto de Oliveira Vilela Filho, João Paulo Roberto de Oliveira Vilela e Marcelo Roberto de Oliveira Vilela

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do déficit de 77,29 hectares para compor a Reserva Legal, déficit de 2 hectares de vegetação arbórea densa em área de APP, e de 8 hectares de vegetação arbórea densa em área de Reserva Legal, na Fazenda Planalto, em Angélica, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer CEIPPAM nº 032/2021.

2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO AROLDÓ JOSÉ DE LIMA:

1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00004454-8

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Recorrente: Marcos Hanemann

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar notícia de fato concernente ao Concurso Público destinado a selecionar candidatos para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva do Quadro de Pessoal Efetivo da Câmara Municipal de Campo Grande/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000635-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antonio Bernardo Martins de Nadai e Leonor Pereira Martins

Assunto: Regularização jurídico-ambiental do desmatamento de 7,40 hectares em área de savana arborizada e florestada na propriedade rural Fazenda São Vicente VII – Gleba H.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001191-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul



Requerido: Benjamin Piveta Assunção

Assunto: Apurar eventual supressão de árvores sem autorização do órgão ambiental competente, ocorrida na Fazenda Letícia, situada no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS.

2.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:

1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000794-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Gabriel Facchin e Giancarlo Cesiano Facchin

Assunto: Apurar eventual dano ambiental no Lote 46 do Loteamento Sítio Recreio, tal como consta da Ficha Cadastral n. 0245, no âmbito do Programa SOS Rios.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000261-0

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Renato Oliveira Garcez Vidigal

Assunto: Apurar eventual prática de ato lesivo ao erário em virtude do suposto enriquecimento ilícito do servidor público Renato de Oliveira Garcez Vidigal, diante do recebimento indevido de remuneração por serviços que não teriam sido prestados ao Município de Dourados.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001841-0

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Alexsandro Marques Cordeiro

Assunto: Apurar notícia indicativa de eventual irregularidade na tramitação do Projeto de Lei 10/2019 que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira dos servidores da Câmara Municipal de Laguna Carapã.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001483-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS, Promotoria de Justiça da Comarca de Bandeirantes

Requeridos: Rômulo de Campos Belo, Morgana Cristina Comparim de Campos Belo

Assunto: Apurar o desmatamento de 15,21 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa e reserva legal, na Estância Cachoeira e Chácara Nossa Senhora do Carmo, em Jaraguari-MS, sem autorização ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 258/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00001394-6

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Investigar a ausência de infraestrutura viária na rodovia MS 164 com relação à instalação de redutores de velocidade nas proximidades da Escola Estadual Nova Itamarati, bem como sinalização de travessia de pedestres e ponto de ônibus escolar.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000698-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Lucas Pagnoncelli, AGRO PAGNOCELLI LTDA

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 6,81 hectares de vegetação nativa integrante do Bioma Mata Atlântica na Chácara Campo Verde, em Aral Moreira/MS, conforme constatado pelo Parecer nº 51/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001073-9

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar as providências a serem adotadas para o regular funcionamento da Central de Interpretação de Libras, pertencente ao Estado de Mato Grosso do Sul.

**2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000226-9 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00003139-7 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000918-7 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000272-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Espólio de Geneci Balzan - Fazenda Ponto Alto 2

Assunto: Analisar a regularidade jurídico-ambiental das propriedades localizadas ao longo do Rio Aquidauana, no Município de São Gabriel do Oeste/MS, que foram objeto de diagnóstico ambiental, conforme Ofício nº 360/2016/CAOMA.

2.1.8. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001263-3**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

Assunto: Apurar as condições de higiene e segurança no trabalho do Laboratório de Anatomia Humana da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, bem como verificar a regularidade ambiental e existência de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde PGRSS, devidamente implementado e aprovado pelo órgão ambiental competente.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001649-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Guido Modelli Júnior (Fazenda Limeira)

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Limeira de propriedade de Guido Modelli Júnior, às margens do Rio APA.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001655-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Gonçalves de Lima e outra

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Apaporã de propriedade de José Gonçalves de Lima e outra, às margens do Rio APA.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001218-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Lourival Gessi Nunes e Sandra Elisa Faune Gessi Nunes

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na Fazenda Sanrival, decorrente da degradação em área de preservação permanente.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000790-5 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001351-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Marcelo Otaviani di Pietro e Welligton Barbeiro Biava

Assunto: Apurar o desmatamento de 49,69 hectares (ID 32) mencionado no Parecer Técnico nº 216/19/NUGEO, na Fazenda Vista Alegre e Palmeira, de propriedade de Marcelo Otaviani di Pietro.

**7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000427-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Larissa Maria Vituri Vascounto

Assunto: apurar desmatamento de 1,24 hectares de vegetação nativa na Fazenda Amigão III e IV, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 374/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

8. Inquérito Civil nº 06.2020.00001098-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Sérgio Gomes da Silva

Assunto: Apurar desmatamento de 33,42 hectares, possivelmente ilegal, em área de savana (cerrado) Arborizada + Florestada (Sa + Sd), na Fazenda Buritizal, em Rio Verde de Mato Grosso, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 145/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2019).

2.1.9. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000893-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ney Roberto de Souza Marçal e Glaciely Machado Santana

Assunto: Apurar irregularidades constantes dos Autos de Infração nº 17613 e nº 17614 do IMASUL, correspondentes à Fazenda Guabiju, localizada no Município de Bela Vista/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001650-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Alindo Buss e Marília Eberhard Buss

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Ajuricaba de propriedade de Alindo Buss e Marília Eberhard Buss, às margens do Rio Apa.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002850-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sonora

Assunto: Apurar possível destinação diversa da legalmente estabelecida, dos recursos oriundos de compensação financeira de empreendimentos hidrelétricos situados na sub-bacia hidrográfica do Rio Correntes, em Sonora/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001110-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alberto Almeida da Silva

Assunto: Apurar desmatamento de 24,59 hectares em área de Savana/Floresta Estacional Semidecidual Submontana (Mata Atlântica), na Fazenda Campo Belo, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 162/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental - 2020).

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001392-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lourival Gessi Nunes

Assunto: Apurar o desmatamento de 2,21 hectares em área de Vegetação Nativa, na Fazenda Sanrival, em Água Clara, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 137/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

**AVISO Nº 58/2022/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

- 1) Inquérito Civil nº 06.2016.00001363-5 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Ponta Porã.
- 2) Inquérito Civil nº 06.2017.00000665-0 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina. **Advogado: Alexandre França Pessoa, OAB/MS nº 10.556. Advogados: Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa, OAB/MS nº 6.835 e outros.**
- 3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001628-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Taboca, Vera Lucia Martins de Rezende - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel fazenda Taboca de propriedade de Vera Lucia Martins de Rezende, as margens do Rio Apa.
- 4) Inquérito Civil nº 06.2018.00001980-4 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande.
- 5) Inquérito Civil nº 06.2018.00002432-9** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Luis Renanto Peixoto Cavalheiro - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar notícia indicativa de elevada mortandade de abelhas na região de Dourados/MS, possivelmente decorrente de aplicações irregulares de agrotóxicos nas proximidades dos apiários.
- 6) Inquérito Civil nº 06.2019.00000404-8** - 10ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e o município de Dourados - Assunto: Apurar as causas da ausência da prestação do serviço de Uretrocistografia na rede pública de saúde em Dourados.
- 7) Inquérito Civil nº 06.2019.00000446-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerente: Moradores Residencial Jardim Oliveira - Requerido: Município de Cassilândia - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais e à saúde da coletividade em decorrência do acúmulo de lixo em terrenos baldios do residencial Jardim Oliveira.
- 8) Inquérito Civil nº 06.2019.00000559-1** - 7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Selvíria - Assunto: Apurar eventual ilegalidade na contratação pela Prefeitura de Selvíria de empresa para realização de pesquisa.
- 9) Inquérito Civil nº 06.2019.00000890-0** - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Jorge Antônio de Oliveira e Marisa Antonia de Oliveira - Assunto: Apurar eventuais degradações em Área de Preservação Permanente - APP, localizada na Fazenda Cachoerinha, no município de Campo Grande/MS.
- 10) Inquérito Civil nº 06.2019.00001067-2** - 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar falha no atendimento às regras de segurança pela ausência de obtenção do certificado de vistoria do Corpo de Bombeiro Militar de Mato Grosso do Sul (CBMMS) por parte das Escolas Estaduais situadas no município de Amambai/MS.
- 11) Inquérito Civil nº 06.2019.00001670-0** - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Campo Grande/MS - Assunto: Apurar a falta de implementação de coleta seletiva no Distrito de Anhanduí.
- 12) Inquérito Civil nº 06.2019.00001751-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: CAOMA - Centro de Apoio Operacional Meio Ambiente - Requerida: Vania Auxiliadora Barcelos Correa da Silva - Assunto: Apurar informações sobre o desmatamento, possivelmente ilegal, de 10,56 ha, denominado ID 330 no arquivo digital, ocorrido na Fazenda Esperança, localizada em Dois Irmãos do Buriti/MS, conforme parecer nº 324/19/Nugeo. (Programa DNA Ambiental 2016-2017).
- 13) Inquérito Civil nº 06.2020.00000517-0 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Inocência.
- 14) Inquérito Civil nº 06.2020.00000595-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Fazenda Tereré do Apa - Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 35,81 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada fazenda Tereré do Apa em Bela Vista/MS.
- 15) Inquérito Civil nº 06.2020.00000767-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Alberto José Patzold e Euilce de Lurdes Gelinski Patzold - Assunto: Apurar desmatamento de 49,55 hectares, sendo 35,43 hectares em área de cerrado e 14,12 em área de Mata Atlântica, na Fazenda Pó de Ouro, em Bodoquena/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme



Parecer nº 121/17/NUGEO (Operação Cervo-do-Pantanal 2013-2015). **Advogados: Krysth H. F. Souza Fraga Jacob de Oliveira, OAB/MS nº 22.981 e Michelle Cristina de Oliveira, OAB/MS nº 142.332.**

16) Inquérito Civil nº 06.2020.00001304-7 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Benedito Aparecido Buzetti, Dejair Tranquero Mendonça e Therezinha de Faria Maluly - Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 6,39 hectares de vegetação nativa, ocorridos na fazenda Santa Rosa, localizada no município de Cassilândia, constatado pelo parecer Nugeo nº 261/20.

17) Inquérito Civil nº 06.2021.00000011-2 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados.

18) Inquérito Civil nº 06.2021.00000132-2 - 50ª Promotoria de Justiça de Execução Penal da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário - AGEPEN - Assunto: Apurar a necessidade de reforma estrutural do EPFIIZ, objetivando salvaguardar a integridade física e a saúde das internas.

19) Inquérito Civil nº 06.2021.00000480-8 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Aline Maria Borin Ferro, Cleber Renato Borin Ferro e Ilsa Joana Borin Ferro - Assunto: Apurar desmatamento de 34,76 hectares em área de Vegetação Nativa, na Fazenda Sonho de Menino, em Angélica/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 037/2020 CEIPPAM.

20) Inquérito Civil nº 06.2021.00000490-8 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Marfiza Candida Franco de Oliveira Vilela - Assunto: Apurar regularidade jurídico-ambiental do déficit de 77,29 hectares para compor a Reserva Legal, déficit de 2 hectares de vegetação arbórea densa em área de APP, e de 8 hectares de vegetação arbórea densa em área de Reserva Legal, na fazenda Planalto, em Angélica, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer CEIPPAM nº 032/2021.

21) Inquérito Civil nº 06.2021.00000665-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Laudemir Pelaquim e Rubens Alves dos Santos - Assunto: Apurar o déficit de 79,37 hectares em área de Reserva Legal e eventuais processos erosivos na Fazenda Santa Isabel, em Angélica/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 014/2020/CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS RIOS Projeto Córrego Engano).

22) Inquérito Civil nº 06.2021.00000765-0 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coronel Sapucaia. **Advogados: Paula Consalter Campos, OAB/MS nº 8.734 e outros.**

23) Inquérito Civil nº 06.2021.00001148-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Fazenda Rincão, José Dorival dos Santos, Leonardo Carbonera de Santi e Lídia Carboneira dos Santos - Assunto: Apurar dano ambiental consistente na destruição de 0,76 hectares de APP, desmatamento de 25,97 hectares de vegetação nativa, bem como desmatamento de 0,73 hectares de Área destinada à Reserva Legal, ocorridos na Fazenda Rincão, localizada em Caracol/MS, conforme Parecer nº 433/17/NUGEO e Relatórios 002, 003 e 004/2º GPMA/BPMA/2021.

24) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000044-9 - 7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Denúncia Anônima - Requeridos: Município de Três Lagoas e Kasasco Comunicação Visual Ltda - Assunto: Apurar a legalidade na doação do imóvel Matrícula n.º 4917 pelo Município de Três Lagoas/MS à empresa Kasasco Comunicação Visual Ltda, em razão de descumprimento de encargo.

25) Inquérito Civil nº 06.2022.00000090-5 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã.

26) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000269-1 (Sigiloso) - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Três Lagoas.

27) Inquérito Civil nº 06.2022.00000549-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Fabio Pascua Telles de Menezes, Flávio Páscoa Teles de Menezes, José Pascua Telles de Menezes, Lucas Miotto, Maria Cristina Maia Telles de Menezes e Maria Fernanda Carnio Telles de Menezes - Assunto: Apurar a supressão de 3,15 hectares em área de Reserva Legal, integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Canaã, em Iguatemi/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 75/22/NUGEO. **Advogados: Régis Eduardo Tortorella, OAB/SP nº 75.325e outros.**

28) Inquérito Civil nº 06.2022.00000577-7 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ivon Carlos Casagrande - Assunto: Apurar a supressão de 8,87 hectares em área remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Casagrande, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 313/21/NUGEO.

29) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000674-3 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bataguassu - Requerente: Cleyton Rodrigo da Silva - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ato de



improbidade administrativa.

30) Inquérito Civil nº 06.2022.00000824-1 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Naviraí - Assunto: Apurar a notícia de ocorrência de possível ilegalidade decorrente do contrato administrativo 243/2022 firmado pelo Município de Naviraí, ao cabo do processo de inexigibilidade 015/2022.

Campo Grande, 25 de agosto de 2022.

GERARDO ERIBERTO DE MORAIS

Procurador de Justiça

Secretário Substituto do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 29/PGJ/2009

Processo: PGJ/10/1567/2009

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ALEXANDRO NASCIMENTO DUARTE**, representado por **Joana Paulo do Nascimento**.

Procedimento licitatório: Dispensado de acordo com o artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Reajuste do valor mensal do aluguel do imóvel objeto do Contrato nº 29/PGJ/2009, em R\$ 174,63 (cento e setenta e quatro reais e sessenta e três centavos), com efeitos a partir de junho de 2022, em razão da aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor mensal: R\$ 1.643,73 (um mil seiscentos e quarenta e três reais e setenta e três centavos).

Vigência: 25.08.2022 a 19.07.2023.

Data de assinatura: 25 de agosto de 2022.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 68/PGJ/2017

Processo: PGJ/10/0539/2017

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **WAGNER BRONZATI MENANI**.

Procedimento licitatório: Dispensada de acordo com o artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Reajuste do valor mensal do aluguel do imóvel objeto do Contrato nº 68/PGJ/2017, em 291,93 (duzentos e noventa e um reais e noventa e três centavos), com efeitos a partir de 1º.08.2022, em razão da aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor mensal: R\$ 3.191,12 (três mil cento e noventa e um reais e doze centavos).

Vigência: 25.08.2022 a 1º.08.2023.

Data de assinatura: 25 de agosto de 2022.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****CASSILÂNDIA****EDITAL Nº 0008/2022/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000699-8, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000699-8

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Requerido: SIGILOSO

Assunto: SIGILOSO.

Cassilândia-MS, 24 de agosto de 2022

LEONARDO DUMONT PALMERSTON

Promotor de Justiça em substituição legal

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0009/2021/02PJ/CLA

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 24 de abril de 2022, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Cassilândia/MS e o Sr. Dejair Tranquero Mendonça, referente desmatamento de 6,39 hectares de vegetação nativa, ocorridos na Fazenda Santa Rosa, localizada no município de Cassilândia, constatado pelo parecer Nugeo N. 261/20, buscando-se a reparação do referido dano, no bojo do Inquérito Civil nº 06.2020.00001304-7, disponível para consulta do conteúdo integral na 2ª Promotoria de Justiça de Cassilândia/MS, localizada na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, Bairro Alto Izanópolis, CEP 79540-000, Telefone: (67) 3596-2080. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Cassilândia-MS, 23 de agosto de 2022

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0021/2022/02PJ/CLA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000804-1, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico:

"<http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>".

O referido expediente também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, bairro Alto Izanópolis, Cassilândia-MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000804-1

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Francisco Macedo Nunes

Assunto: Apurar a existência de 3 hectares de processos erosivos de grandes proporções, com presença de voçoroca e exposição do lençol freático, na Fazenda Retirinho II, em Cassilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 3513.

Cassilândia-MS, 23 de agosto de 2022

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO

Promotora de Justiça



IGUATEMI

EDITAL Nº 0024/2022/PJ/IGU

A Promotoria de Justiça de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, centro, nesta cidade.

Inquérito Civil 06.2022.00000901-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Genésio Boamorte Neto

Objeto: Apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário decorrente do Contrato n. ,27/2021, firmado entre a Câmara de Vereadores de Iguatemi e a empresa Feitosa & Coimbra Sociedade Advogados.

Iguatemi, 23 de agosto de 2022

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES

Promotor de Justiça Substituto

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0065/2022/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000823-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000823-0

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Edivaldo Salvador do Ouro, Lucas Soares de Caires

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa por Edivaldo Salvador do Ouro e Lucas Soares Caires em razão dos fatos noticiados na sindicância administrativa disciplinar nº 005/2018/CGPC/MS

Ponta Porã/MS, 24 de agosto de 2022

JANAÍNA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça Substituta

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BATAYPORÃ

EDITAL Nº 0025/2022/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2022.00007872-7, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007872-7

Requerente: Ministério Público

Requerido: Município de Batayporã

Assunto: Acompanhar e fiscalizar a reforma no prédio da Escola Municipal Anísio Teixeira da Silva, no município de Batayporã/MS - exercício 2022.

Batayporã, 24/08/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça